

Governo negocia amanhã com Estados

Divulgação Pública
JOÃO BORGES

O GLOBO

21 ABO 199

BRASÍLIA — O Ministério da Economia anunciará amanhã o esquema de renegociação da dívida dos governos estaduais, calculada em cerca de US\$ 60 bilhões, com prazo de pagamento de 20 anos e amortizações crescentes. A reciclagem terá como um dos pontos principais a suspensão, por dois anos, dos financiamentos através dos incentivos fiscais do Finor, do Finam e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, além de outras receitas vinculadas do orçamen-

to fiscal. A suspensão, de acordo com o Ministério da Economia, representará US\$ 15 bilhões, um quarto do débito global.

Todo esse dinheiro, que deveria ser direcionado para projetos de desenvolvimento regional, repassado através do Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, será transferido aos governos estaduais, na mesma proporção prevista no Fundo de Participação dos Estados. Com esse reforço de caixa, os Estados estarão em condições de honrar seus débitos com a União, especialmente com a Caixa Econômica Federal. A Caixa, por sua vez,

recebendo em dia, estaria em condições de voltar a financiar obras sociais em larga escala nesses mesmos Estados.

A renegociação formal dos débitos com os Estados também começa amanhã. Os secretários de Fazenda de todos os Estados estão convocados para uma série de reuniões no Ministério da Economia, que vai também mobilizar todos os seus Secretários: Luiz Antônio Gonçalves, Executivo; Pedro Parente, de Planejamento; e Luiz Fernando Welisch, da Fazenda Nacional. As reuniões começarão às 9h da manhã e os secretários serão divididos

em grupos, segundo as regiões: haverá grupos do Norte, do Nordeste, do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste.

O Presidente Fernando Collor exige como contrapartida para o refinanciamento dos débitos estaduais o apoio dos governadores às emendas constitucionais que deseja enviar ao Congresso Nacional nas próximas semanas. O fim da estabilidade para o funcionalismo público, a fixação em 65 anos como idade mínima para aposentadoria, o fim do ensino gratuito nas universidades e a reforma tributária são algumas das propostas que Collor espera ver aprovadas este ano.